

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MOMENTO DE CONSTRUÇÃO DA ESCRITA

NUNES, Fábio Oliveira.
fabioalto@hotmail.com

SOUZA, Kátia Karina Rocha de
katiakrs@hotmail.com

BERGER, Maria Amália Façanha. (Orientadora)
Graduada em Letras Português/Inglês (UFS), Mestre em Educação (UFS), Prof^a do
curso Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT.
amaliafberger@yahoo.com.br

RESUMO

Entendendo a língua como interação, poderemos chegar a um ensino que seja mais dinâmico, que não seja excludente e que respeite a experiência lingüística prévia do aprendiz, em oposição à priorização de práticas mecanicistas que tem o foco no ensino de gramática, o que não é nada atraente para os alunos. Nessa perspectiva, este artigo procurou apresentar reflexões acerca dessa temática, através de pesquisa bibliográfica, no sentido de contribuir com os estudos que vem sendo feitos, cujos resultados são de grande importância tanto para os que já são professores de língua portuguesa, quanto para os acadêmicos do curso de Letras.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, língua portuguesa, gramática, texto, oralidade.

INTRODUÇÃO

Por mais que o ensino de língua seja um tema amplamente discutido, ele nunca se esgota, devido ao fato da constante confusão do que é língua e do que é gramática, e do que é o ensino desta e o ensino daquela.

Este artigo pretendeu apresentar reflexões acerca dessa temática, no sentido de contribuir com os estudos que vem sendo feitos, cujos resultados são de grande importância tanto para professores de língua portuguesa, quanto para acadêmicos do curso de Letras.

Também representa uma tentativa de propor melhoras ao atual ensino de língua portuguesa, esclarecendo e discutindo alguns pontos considerados fundamentais para o profissional que se dedique a esse ensino.

Para tal, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica baseada em análises e proposições de autores brasileiros renomados, que dedicam seus esforços no sentido de contribuir, de alguma forma, para que o ensino aconteça de forma satisfatória, com destaque para: Sírío Possenti (1998), Travaglia (1995), Bagno (2004), Cagliari (2004), Neves (2000), dentre outros.

ENSINOS DE LÍNGUA E GRAMÁTICA

É evidente que nenhum falante, nos seus primeiros anos de vida, faz uso da língua padrão. Primeiro, essa pessoa adquire o dialeto correspondente à região em que vive, comunicando-se, levantando hipóteses, sendo corrigida, usando a língua para interagir com o outro e é por isso que o aprendizado da fala tem sucesso, pois a criança aprende por uma necessidade de se comunicar, de interagir com outro.

No ensino de língua portuguesa, para que se obtenha sucesso, o princípio deve ser o mesmo. Entendemos que criar no aluno o hábito de usar essa norma padrão é prioridade para que ele obtenha sucesso em nossa sociedade, mas que é extremamente importante expô-lo “à maior atividade possível de situações comunicativas, por meio de um trabalho de análise e produção de enunciados ligados aos vários tipos de situações de enunciação” (TRAVAGLIA, 1995, p.88). Por ser um termo que será discutido posteriormente, entendam-se situações comunicativas, como práticas que envolvam textos com atividades de escrita, produção, interpretação, debates, etc.

Para que o processo seja feito de forma efetiva, é preciso também habituar os alunos aos mais diferentes tipos de textos, como os jornalísticos, rótulos de embalagens, revistas, livros com apenas figuras e outros. Com essa concepção de ensino de língua, vê-se que o espaço para gramática existe, pois à medida que o aprendiz lê, ele trabalha com a escrita, interage com essa nova forma de fazer significar e vai internalizando aspectos gramaticais diferenciados pertencentes ao português padrão.

Além disso, é importante que se mantenham as tradicionais aulas de gramática normativa para efeito de aprofundamento, análise e compreensão por parte dos alunos das diferenças existentes entre as suas regras e as do dialeto que ele adquiriu, dentre outros motivos. Só que esse espaço dedicado à gramática deve ser menor do que o do trabalho com o texto propriamente dito, pois conforme Sírio Possenti, “é no nível do texto, que residem os principais problemas escolares, na disciplina dedicada ao ensino de língua materna [...], se diminuir na escola o espaço da gramática, poderá aumentar automaticamente o do texto” (1998, p.11).

No entanto, o que ainda pode ser constatado é que o trabalho com textos é uma atividade esporádica na sala de aula, dando espaço maior para atividades como exposição pura e simplesmente gramatical, exercícios tendo como critérios “o certo” e “o errado”,

cópias; enfim, atividades nada atraentes, que são, provavelmente, as grandes responsáveis pela aversão dos alunos e alunas às aulas de língua portuguesa.

Durante sua formação, o profissional de Letras adentra diversas áreas como a psicologia e a filosofia, no sentido de desenvolver habilidades que lhe serão muito úteis no processo de ensino-aprendizagem. Bem assim deve ser encarado o ensino da gramática normativa, como mais um elemento que contribuirá para a formação lingüística, mas não um fim em si mesmo.

Outro importante aspecto a ser considerado no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, é a compreensão da prática da leitura, ainda fora da sala de aula, como uma filosofia de vida. Se os pais dizem aos filhos que é para eles lerem porque é bom, limitando-se a isso, as chances dessa criança ou jovem de se tornar um freqüente leitor serão diminutas, respeitando-se as exceções. No entanto, se os pais disserem isso e promoverem um ambiente familiar fortemente influenciado pela leitura das mais diversas, como revistas, gibis, livros, jornais, etc., aí sim, a leitura pode passar a ser um hábito.

Se o professor também assumir a postura supracitada, de que devemos “ler porque ler faz bem”, poderá acontecer a mesma coisa, ou seja, o aprendiz não se sentirá motivado a ler. Mas se o professor desenvolver atividades que envolvam a leitura, e que a torne um hábito em sala de aula, até aqueles alunos que não tem um ambiente fortemente influenciado pela leitura podem passar a ter interesse e se tornarem exímios leitores. Nas salas de aula, portanto, o espaço para leitura deve ser constante para que ela se torne um hábito, e não uma obrigação para fazer o bem.

Outra questão importante é a forma como a escola trata os alunos que não tem as habilidades de leitura e escrita desenvolvidas previamente em suas casas. Alunos que desde cedo não tiveram no seu ambiente familiar acesso a livros, jornais, revistas, que não tiveram

também oportunidade de brincar com borracha, tinta, lápis de colorir, provavelmente não terão o mesmo desenvolvimento escolar dos que tiveram acesso a essas coisas.

Diante dessa situação, a escola acaba excluindo, reprovando e acusando esse aprendiz de incompetente, quando deveria fazer o contrário, ou seja, ajudar a desenvolver seu potencial para diminuir a disparidade existente entre ele e os outros alunos.

Quando se trata do ensino de língua, é preciso atentar para a realidade de seu aprendizado, pois não se aprende somente através de exercícios, mas por práticas significativas, ou seja, as que estão intimamente ligadas à interação. Quanto a isso, Neves afirma que “Falar e escrever bem é, acima de tudo, ser bem-sucedido na interação.” (2000, p. 55). Portanto, fazer o aluno interagir com a língua é o melhor caminho para aqueles que buscam desenvolver a competência lingüística deles.

Tomando como exemplo a forma como o ensino de língua inglesa geralmente acontece nas escolas brasileiras, são mais de seis anos de ensino que, infelizmente, não são garantia de um aprendizado eficaz que forme pessoas que falem e leiam fluentemente. Inclusive, é do senso comum dizer que um brasileiro que passe um terço desse tempo no exterior, em um país de língua inglesa, por exemplo, terá uma fluência dificilmente alcançada por aqueles que estudam essa língua somente nos bancos escolares aqui no Brasil.

Isso acontece porque os primeiros terão uma grande vantagem em relação aos segundos: contato constante e intenso com a língua inglesa, com um número ilimitado de manifestações lingüísticas autênticas, principalmente se os que somente aqui estudaram foram submetidos a um tipo de metodologia que priorize o ensino da gramática, com suas diversas regras e pouca interação no sentido comunicativo.

Observa-se que para ser um bom usuário da língua, o aluno tem que ser posto em contato permanente com a língua alvo, e não, necessariamente, com as regras dessa língua,

pois “o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica” (POSSENTI, 1998, p. 54).

Para ajudar a ilustrar esse ponto, basta comparar o nível lingüístico de uma pessoa que estudou durante anos as regras da língua inglesa nos bancos escolares com o de uma criança de cinco anos que nasceu e que vive nos Estados Unidos e perguntar quem sabe mais inglês.

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

A gramática normativa foi, durante muito tempo, e em alguns contextos ainda é a preocupação quase exclusiva de professores de língua materna. Porém, é preciso recorrer a outros caminhos para ensinar língua portuguesa, caminhos que sejam interessantes para o aluno, para o professor e para o aprendiz. Isso só será possível frente a uma nova concepção de linguagem, em que esta seja vista como realmente é.

As três principais formas de conceber a linguagem são: como expressão do pensamento; como instrumento de comunicação e como interação entre os sujeitos.

Com base na primeira, acredita-se que a linguagem é o espelho do pensamento. Se vista desta forma, entender-se-á que se o aluno escreve “mal”, é porque tem pouco raciocínio, o que significa, em outras palavras, que ele é incapaz, o que é um equívoco.

Além disso, sob essa perspectiva, a linguagem é vista como um ato individual, que não é afetado por outras pessoas nem pelas circunstâncias no momento em que ela é usada. Com base nas reflexões de Travaglia (1995, p.21), se apreendêssemos a linguagem de acordo com essa concepção, acreditaríamos que:

[...] as leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual, e da capacidade de o homem organizar de maneira lógica seu pensamento dependerá a exteriorização desse pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada.

Também por causa desse pensamento, é que muitos acreditam, ainda que seja um absurdo, que aqueles que usam o dialeto padrão são mais inteligente que os que usam os demais dialetos. Infelizmente, apesar de ser a mais antiga de todas as concepções, ela ainda continua presente na mentalidade de muitos professores.

De acordo com a segunda concepção de linguagem, a língua é simplesmente um código que serve para transmitir informações de um emissor para um receptor e o processo comunicativo pode ser explicado como codificação e decodificação, sendo que para que isso aconteça, faz-se necessário que o código seja padronizado. Sobre esse aspecto, observa-se que essa concepção tem estimulado o anseio pela forma única da língua, ou seja, a forma culta padrão, ainda que seja evidente que não existem línguas uniformes. A língua, então, deixa de ser considerada individual e passa a ser centrada no seu funcionamento interno.

Segundo Travaglia (1995, p.22), “Essa é uma visão monológica e imanente da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista – que limita esse estudo ao funcionamento interno da língua – e que a separa do homem no seu contexto social”.

A terceira e última concepção encara a linguagem como interação. Quando um locutor diz um enunciado, o significado real dele é inferido pelo receptor tomando como base o contexto no qual foi dito, por quem foi dito e com qual finalidade foi pronunciado. O sujeito, no momento em que usa a linguagem, acaba constituindo a sua identidade.

A linguagem aí é um jogo de imagens. Na medida em que se fala e/ou escreve, o locutor cria um jogo de imagens, que passa por uma análise do que ele possa dizer em uma determinada situação de interação perante determinada pessoa. Então, ele cria os argumentos de acordo com o que ele imagina que agradará ou não o examinador. Sendo assim, a linguagem não é usada apenas para informar, mas para provocar vários tipos de ação. Koch (1998, p.10) afirma que, consoante essa concepção, a linguagem é compreendida como:

[...] atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais

diversos tipos de ato, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes.

Ainda segundo Koch (Op. cit., p. 29),

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais).

Portanto, quando um professor, em sala de aula, pede silêncio, não se deve entender que ele está meramente informando que deseja silêncio, mas sim que ele quer provocar uma ação nos alunos, ou seja, que estes façam o que ele pede.

CONCEITOS DE GRAMÁTICA

A concepção que a escola tem de gramática influenciará sobremaneira a sua prática pedagógica. Para que se entenda o que significa gramática é preciso visualizá-la, em termos gerais, como um “conjunto de regras”. Essa definição, apesar de não ser precisa, serve como uma orientação inicial para a compreensão dos três tipos de gramáticas que serão aqui expostas: a normativa, a descritiva e a internalizada.

A gramática normativa é conhecida como a tradicional gramática usada nas escolas de ensino fundamental e médio. Também conhecida como prescritiva, ela é, por muitos, considerada a única existente e a que dita como falar e escrever “corretamente”.

Segundo os que a defendem, só fala bem aquele que conhece suas regras. Quando se trata dessa categoria de gramática, pode-se referir, geralmente, a duas atividades distintas do seu ensino: o ensino das regras e a análise sobre essas próprias regras.

Sírio Possenti (1998, p.64) afirma o seguinte a respeito da gramática normativa, que ela é “um conjunto de regras, [...] que se dominadas, poderão produzir como efeito o emprego

da variedade padrão”, modelo lingüístico esse que a sociedade tanto valoriza. Ou seja, quem a domina, pelo menos lingüisticamente, não será excluído. Segundo essa perspectiva, quem produz uma sentença, com elementos que não são parte das regras da língua padrão, estará cometendo erros.

Existem mecanismos e pessoas que corroboram, em nossa sociedade, para que essa concepção se torne cada vez mais excludente, pois além de gostarem do *apartheid* lingüístico que, por vezes, gera também o social, ainda lucram com isso, como em programas televisivos que tem como objetivo fazer com que o falante não “agrada” sua língua, como se isso fosse possível. E mais, tais programas têm a pretensão de “consertar” a língua, como se isso também fosse possível.

Para quem tem uma visão mais abrangente pautada no olhar da lingüística, esse tipo de manifestação é desnecessário, pois a língua portuguesa não precisa de conserto, uma vez que é natural toda e qualquer língua apresentar diferentes formas de falar, a depender do espaço, da hierarquia, da situação em que se encontra o indivíduo ou até mesmo da exploração estética que se queira fazer, para se obter maior expressividade ou reconhecimento do seu grau de instrução.

É importante conhecermos os estudos lingüísticos que lidam com essas variações, com os diferentes dialetos, já que esse não é um fenômeno só do português, pois existem dialetos nas mais diversas línguas.

O que acontece é que alguns que se consideram gramáticos acusam como erro construções plenamente usadas em um dialeto, e esquecem que quando esses “erros” ocorrem são na verdade uma regra desse dialeto, pois esse erro é constante, regrado, só que não está contido na gramática normativa, mas sim na descritiva.

Isso é em parte fruto da ignorância profissional. Um profissional das letras não pode nunca ter tido contato com uma gramática descritiva, ou, pelo menos, ter a consciência que cada dialeto possui algumas regras singulares.

A partir dessa relação entre erro e dialeto Bagno afirma:

Reconhecer que tudo o que a Gramática tradicional chama de erro é na verdade um fenômeno que tem uma explicação perfeitamente demonstrável. Se milhões de pessoas (cultas inclusive) estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova sobrepondo-se à antiga. Assim, o problema está com a regra tradicional, e não com as pessoas, que são falantes nativos e perfeitamente competentes de sua língua. Nada é por acaso. (2004, p. 143).

Outro erro que os programas acima mencionados cometem é o fato de fixarem um padrão altamente formalizado como sendo o único que deve ser empregado, independente da situação de interação em que se encontra o falante. No entanto, devemos entender que são diversas as situações de interação e que, para cada uma delas, devemos saber que tipo de linguagem usar para obtermos sucesso em nossa comunicação. Com isso em mente, o professor tem como objetivo maior:

[...] transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade lingüística do narrador ou as modalidades práticas por seus personagens (BECHARA, 2001, p.14).

A idéia de que somente a língua padrão é correta, o que se tornou uma utopia, é realmente um equívoco, pois basta fazermos uma comparação entre a linguagem que um professor usa ao dar uma palestra numa universidade e a que ele usa ao conversar com amigos ou em salas de virtuais de bate-papo. É evidente que ele irá fazer escolhas, pois o dialeto que ele usa em uma palestra (o português padrão) não é o mais adequado para se comunicar nessas salas virtuais e vice-versa.

Os que seguem somente a gramática normativa ainda cometem o erro de não aproveitarem a experiência oral dos seus alunos. Na aprendizagem de fala, o adulto

geralmente aproveita a experiência da criança e a corrige apenas em alguns momentos, porque entende que certos aspectos ela aprenderá com o tempo, de forma natural.

Já na escola, muitos professores, além de desconsiderarem a experiência oral de seus alunos, saem “cortando” absolutamente toda e qualquer hipótese diferenciada do português padrão, tanto na fala, quanto na escrita.

Porém, deve-se levar em consideração que é normal o aluno levantar hipóteses no momento em que está expondo suas idéias no papel e que, de acordo com Sírio Possenti (1998, p.71), “Problemático seria se não cometessem esses erros. Seria um sintoma de um cérebro pouco ativo, com problemas para uma aprendizagem autônoma”.

O pior de tudo é que muitos professores penalizam seus alunos tirando a maior parte dos pontos atribuídos às suas produções textuais por causa de erros formais, desconsiderando o conteúdo em si, o que acaba por gerar reflexos negativos na fase adulta no que diz respeito a sua criatividade. Conseqüentemente, o aluno, que carrega marcas fortes da oralidade é tratado com intolerância lingüística e acaba reprovado e excluído. Analisando o processo avaliativo da escola Cagliari chega à seguinte conclusão:

A escola usa e abusa da força da linguagem para ensinar e para deixar bem claro o lugar de cada um na instituição e até na sociedade, fora dos seus muros. A maneira como se fala, como se deixa falar, sobretudo como se pergunta e como são aceitas as respostas muitas vezes é usada não para avaliar o desenvolvimento intelectual de um aluno, mas como um subterfúgio para lhe dizer que é burro, incapaz ou excelente. (2004, p. 25).

Outro conceito de gramática é a que não tem pretensões prescritivas, e sim descritivas, como seu próprio nome já o diz. A gramática descritiva é a conhecida como a gramática de usos do português, pois ela abriga as mais diversas formas de falar.

De acordo com Franchi (2000 apud TRAVAGLIA, 1995, p.27), a gramática descritiva é “um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua, uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical”.

Neder (2000 apud TRAVAGLIA, 1995, p.27), define a gramática descritiva de forma mais simplificada como “um conjunto de regras [...], que são utilizadas pelos falantes na construção real de enunciados”.

Enquanto a gramática normativa só considera a expressão “assistimos ao filme”, no sentido de vê-lo, como a única forma válida, a descritiva mostra que, além desta forma, existe a forma “assistimos o filme”, que é a mais usada no Brasil, apesar de não ser a mais adequada em situações que exijam mais formalidade. Portanto, ela não se prende a arcaísmos, como faz a normativa.

Enquanto esta última afirma que as pessoas do verbo são seis, inclusive “tu” e “vós”, apesar de as duas estarem em desuso, salvo exceção na região sul do Brasil, a descritiva mostra estas seis pessoas e explica que “tu” e “vós” são pouco usadas, além de apresentar as pessoas do verbo “a gente” e “você(s)” que são amplamente usadas. O termo “a gente” substitui a primeira pessoa do plural, “você” e “vocês” substituem a segunda do singular e a segunda do plural respectivamente.

Assim, a gramática descritiva tem como característica forte a sua atualidade e, em sentido contrário, a normativa insiste em pregar normas velhas, ultrapassadas, como o uso do futuro sintético e do pretérito mais que perfeito, quando na realidade, usa-se a locução equivalente, o uso da mesóclise, quando se tem preferência pela próclise, etc. Na perspectiva da descritiva, só existe o erro quando ocorre alguma construção lingüística que não faz parte de nenhum dialeto, registrado ou não.

O último conceito de gramática é o que está ligado ao nascimento do ser humano. Ao nascer, a criança adquire um saber gramatical que é construído progressivamente de modo não sistemático, o qual permitindo falar sua língua com desenvoltura. A esse conjunto do saber é que chamamos de gramática internalizada.

Esse tipo de gramática nos remete à teoria da gramática inata de Noan Chomsky (1965), da qual se deduz, entre outras coisas, que ela é transmitida geneticamente e é própria da espécie humana. Para ela, só existe erro quando um enunciado é feito sem seguir os padrões aceitáveis de uma língua, por exemplo: “A minha irmão é trabalhador”. A partir daí, qualquer usuário nativo de uma língua reconhece pelo menos duas hipóteses. A frase não existe, ou foi um estrangeiro quem proferiu esta frase.

Com relação ao seu aprendizado e ao seu sucesso, já que, em geral, por volta de dois anos a criança já aprende a falar, observa-se um abismo em comparação ao ensino da gramática normativa.

Muitos acreditam que há pouca relação entre a aprendizagem da fala e da escrita, quando deveriam estabelecer os aspectos que fazem com que a aprendizagem daquela se dê de forma tão satisfatória e o desta esteja muito aquém do esperado. Se muitos implementassem esses aspectos, como por exemplo, o respeito à oralidade do aluno, o ensino de língua na escola não estaria do modo que é hoje, ou seja, precário.

Diante do que já foi até aqui exposto, entendemos que durante o processo de ensino-aprendizagem, é importante que o professor considere a oralidade dos seus alunos, pois esta é muito proveitosa, uma vez que existem mais semelhanças do que diferença entre a linguagem materna de um indivíduo e o português padrão, que é o da escrita. Essa desconsideração acontece, porque a “linguagem oral é fortemente preconceituada em favor da linguagem escrita” (KATO, 2005, p.11).

Outro aspecto que deveria ser transferido da aprendizagem da fala para a da escrita é o fato do adulto não subestimar o potencial do aprendiz no momento de aquisição da linguagem, tanto que se comunica usando frases complexas, mesmo quando nos seus primeiros anos de vida. Isso não acontece na escrita, visto que encontramos frases desse tipo em exercícios para alunos da segunda série do ensino fundamental, como: “Joana é bonita”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ministrar aulas de língua portuguesa para falantes nativos, é preciso que o professor tenha conhecimento desses pontos que foram aqui explorados, relacionados às diferentes gramáticas e concepções de linguagem.

Afinal, ele estará dando aula de língua portuguesa, que não é simplesmente aula de gramática normativa, pois este é apenas mais um elemento que contribuirá para o ensino e a reflexão sobre a própria língua.

Esse profissional deve ter claro em sua prática que os seus alunos, por mais que estejam entrando em contato com um novo dialeto, que é o padrão culto contido nas tradicionais gramáticas, já possuem uma bagagem lingüística que foi adquirida no seu meio social, a qual é, em muitos aspectos, semelhante à norma padrão.

Então, o professor deve tomar essa experiência oral com aliada no momento de construção da escrita, e não como um elemento subversivo social. Ele deve respeitar que o aluno está em processo de aprendizagem e que demorará um pouco para que incorpore aspectos diferenciados pertencentes ao português padrão; justamente por este fato, será normal ele lançar mão de hipóteses no momento em que escreve.

No entanto, essa incorporação só acontecerá de forma satisfatória, se ele for exposto constantemente a atividades lingüísticas interativas, pois é em contato com a língua que o aprendizado da escrita se dará sem traumas e de forma natural. Devem-se priorizar também, outros elementos mais importantes que as regras da gramática normativa ao se corrigir um texto feito por seus alunos, como a progressão textual, o tempo e o espaço criados por eles, o conteúdo, etc.

É preciso que os alunos vejam na escola, também, formas comumente usadas por eles, as que não estão presentes na gramática normativa, para que ele entenda que o mais importante é que ele domine o maior número de formas lingüísticas possíveis para que possa interagir de forma eficiente nas mais diversas situações sócio-comunicativas, já que o principal papel da escola é desenvolver a competência comunicativa dos seus alunos.

Como reflexão final, entendemos que o texto deve ser o protagonista nas aulas de português, seja ele lido ou em atividades que envolvam a sua produção, pois se o aprendizado da fala se constrói, ouvindo e falando, interagindo com a língua na modalidade oral, a melhor forma de se aprender a escrita é lendo e escrevendo, interagindo com o texto.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. Português ou Brasileiro? um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- BAGNO, Marcos. Preconceito Lingüístico. 34. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- BECHARA, Evanildo Cavalcante. Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade? 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Lingüística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Inter-ação pela Linguagem. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- NEVES, Maria Helena Moura. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, José Carlos de (org.). Língua Portuguesa em Debate. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SANTOS, Raquel Santana. A Aquisição da Linguagem. In: FIORIN, José Luiz. (org.). Introdução à Lingüística - domínios teóricos. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Gramática ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.